

XVI ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

Futuros do Trabalho: Políticas, Estratégias e Prospetiva

27 e 28 de Novembro de 2015 :: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa
Tema 2) Mercados (Trans)nacionais de Emprego

“Estou a trabalhar e a fazer aquilo que gosto” - Perfil, condicionantes e motivações da emigração portuguesa de profissionais diplomados

*Susana Amaral
amaral-susana@gmail.com
CICS.NOVA - Pólo UMinho*

Resumo

Num contexto de crise económica e financeira, Portugal tem vindo a ser palco de expressivos fluxos de saída de profissionais que procuram/encontram alternativas noutros países. Os jovens-adultos com qualificação superior estão, cada vez mais, implicados nestes fluxos, apresentando a maior subida da última década. Nesta apresentação, propomos uma análise deste fenómeno, privilegiando quer a compreensão das condicionantes - tanto dos fatores de atração da sociedade de destino, como dos de repulsão da sociedade de origem -, quer o conhecimento das características, motivações, estratégias, trajetórias e perspetivas deste perfil de emigrantes. A centralidade do trabalho, da carreira e da realização pessoal e profissional, bem como as transformações recentes dos mercados profissionais (trans)nacionais emergem como dimensões fundamentais das dinâmicas de mobilidade destes profissionais.

Palavras chave: Crise de oportunidades, emigração, profissionais altamente qualificados, mercados de trabalho (trans)nacionais).

Introdução

No contexto de crise económica e financeira português, as migrações de profissionais altamente qualificados (detentores de diplomas do Ensino Superior) assumem particular incidência no quadro dos mercados de trabalho (trans)nacionais e apresentam configurações diversas e diferenciadoras face a um passado recente. Com efeito, os jovens-adultos com qualificação superior, invisíveis nas narrativas tradicionais sobre emigração portuguesa, são, atualmente, afetados por esta situação de falta de oportunidades e de bloqueio à concretização das suas aspirações socioprofissionais, levando-os a procurar alternativas no exterior, mais aliciantes do ponto de vista salarial e de progressão na carreira. Esta é uma tendência cada vez mais evidente, mas cujos contornos estão, ainda, por clarificar.

Representando cerca de 10% (2010) do total do movimento migratório, a população com qualificação superior está, cada vez mais, implicada nestes fluxos, apresentando a maior subida da última década: 87,5% (Pires *et al.*, 2014: 69). O significativo aumento das qualificações e as expectativas dos ativos portugueses encontram estrangulamentos no mercado de trabalho

nacional, ainda assente num padrão de especialização produtivo tradicional e em modelos empresariais/organizacionais pouco inovadores, que dificultam a competitividade da economia, conduzindo a processos desqualificantes e ao desperdício de competências. Além disso, as modalidades privilegiadas de gestão desta mão-de-obra têm vindo a acentuar evidentes traços de insegurança laboral (e.g. contratos de duração limitada, salários baixos, amputação de direitos laborais), assistindo-se, por conseguinte, à generalização de uma maior exposição à precariedade laboral e (ao risco de) desemprego, bem como à suspensão ou adiamento de projetos familiares/pessoais e profissionais mais consistentes (Marques, 2010a; 2010b). Quem são e o que move esta população altamente qualificada para fora do país? Partindo das respostas a um questionário *on line* aplicado em 2014/15 a ativos portugueses, com grau de ensino superior, residentes no estrangeiro, propomos uma análise que privilegia quer a compreensão das condicionantes - tanto dos fatores de atração da sociedade de destino, como dos de repulsão da sociedade de origem - quer o conhecimento das características, motivações, trajetórias, estratégias e modos de vida deste perfil de emigrantes¹.

Começamos por fazer um breve enquadramento do tema, salientando a informação estatística, ainda que escassa, disponível. Num segundo momento, focamo-nos na análise descritiva dos resultados do inquérito por questionário a uma amostra dos agentes envolvidos nestes processos - profissionais altamente qualificados a residir fora de Portugal - que saíram do país antes e após 2011, ano crítico associado à crise que marca o início da aplicação do programa de ajustamento económico. Apresentaremos o seu perfil sociodemográfico, a sua trajetória profissional (pré e pós saída), a trajetória migratória, as dinâmicas de integração no país de acolhimento, os seus projetos e perspectivas de futuro, bem como os eventuais condicionalismos para a sua realização e um balanço da experiência de emigração. Analisaremos, também, as condicionantes individuais e estruturais que influenciaram a saída, nas suas vertentes atração/repulsão. A partir desta análise, retomamos o objetivo geral da pesquisa: compreender as reconfigurações da mais recente emigração de diplomados portugueses, salientando o que aproxima e/ou distingue estes agentes e processos migratórios da anterior mobilidade transnacional qualificada, emergente nos anos 80/90, fruto da internacionalização da nossa economia e das políticas de incentivo à mobilidade,

¹ Esta apresentação enquadra-se num projeto de doutoramento, em curso, intitulado “Crise de oportunidades e novas configurações da emigração portuguesa: o caso dos profissionais altamente qualificados” (EmiPaq), financiado pela FCT (SFRH / BD / 84107 / 2012).

com particular destaque para os programas de fomento da mobilidade académica intraeuropeia, assim como o grau de aproximação dos fatores que a condicionam, relativamente às tradicionais “determinantes” da emigração estrutural portuguesa².

Esta análise, ainda preliminar, sugere que se, por um lado, existem desequilíbrios geo-socioeconómicos que condicionam o fenómeno em análise, ele é, simultaneamente, suportado por predisposições sociais, interiorizadas e incorporadas em modos de vida dos indivíduos ao longo da história, bem como por redes que impulsionam e facilitam a sua concretização. A articulação da análise das estruturas com a das lógicas e estratégias dos agentes envolvidos nestes processos permite uma melhor compreensão do fenómeno, posicionando-o na heterogeneidade e complexidade das mobilidades profissionais transnacionais contemporâneas. A partir desta análise, recoloca-se a centralidade do trabalho, como processo de realização e desenvolvimento pessoal e profissional, bem como as transformações recentes dos mercados profissionais (trans)nacionais como dimensões fundamentais das dinâmicas de mobilidade destes profissionais, constituindo-se pontos de partida para futuros aprofundamentos da investigação.

I. Enquadramento

Os números sobre emigração são escassos, dispersos e incompletos. Ainda assim, já é possível fazer aproximações sobre o volume e a direção dos fluxos atuais³.

Com uma taxa de emigração de 21%, Portugal era em 2010 o 12º país do mundo com mais emigrantes e o primeiro entre os países da União Europeia (considerando apenas os países com mais de um milhão de habitantes).

A população portuguesa emigrada cresceu mais do que a população residente em Portugal (18% contra 7%, respetivamente, entre 1990 e 2010). Embora tenham diminuído com o início da crise internacional (2008), as saídas recomeçaram a aumentar exponencialmente a partir de 2011⁴.

² A este propósito ver, por exemplo, Almeida e Barreto (1976); Serrão (1977) e Godinho (1978)

³ Os dados apresentados ao longo deste capítulo podem ser consultados em:

http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/?newsId=3924&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa2014_RelatorioEst.pdf

⁴ Este dado reflete o impacto assimétrico da crise financeira e o tempo de recuperação nos diferentes países inicialmente afetados. Irlanda, Espanha, Grécia e Portugal estão entre os países em que a taxa de emigração mais subiu e a taxa de imigração mais caiu ao longo deste período.

Desde esse ano, emigraram pelo menos 285 mil portugueses (2011-80.000; 2012-95.000; 2013-110.000).

A emigração portuguesa é predominantemente europeia. O Reino Unido é hoje o principal país de destino, seguido de Suíça, Alemanha e Espanha, sendo, também, o principal polo de atração dos profissionais altamente qualificados. A conjugação de alta emigração e baixa imigração⁵, em termos acumulados, situa Portugal, no contexto migratório europeu, no quadrante dos países de repulsão.

Relativamente a aspetos mais qualitativos - características de quem parte e os seus perfis – pouco se sabe. Podemos, para já, afirmar que a atual emigração portuguesa é mais qualificada: o grupo que mais cresceu de 2000/01 a 2010/11 foi o daqueles que têm ensino superior, que quase duplicou (de 6% para 10%). Os dados disponíveis sugerem que esse crescimento (de 87%) acompanhou o aumento da escolarização da população em geral, nas últimas décadas. Também o Inquérito ao Emprego do INE reforça esta tendência de incremento do nº de diplomados a trabalhar no estrangeiro, para todos os graus de ensino superior, nomeadamente doutorados (Cardoso, 2012: 63). A distribuição dos emigrantes portugueses por sexo é quase equilibrada, com uma ligeira predominância dos homens (52%) relativamente às mulheres (48%). Relativamente a outra informação qualitativa (e.g. área de formação, profissão, situação face ao emprego, estado civil, local de residência em Portugal), os elementos são, ainda, escassos⁶.

II. A nossa amostra

Os resultados aqui apresentados procedem da aplicação de um questionário *on line* a uma amostra de conveniência de 304 diplomados do ensino superior a residir fora de Portugal. A aplicação, que decorreu entre Maio e Dezembro de 2014, dirigiu-se a uma prévia rede de contactos do universo em análise, que se foi alargando através da divulgação e reenvio para novos potenciais respondentes. Tendo em conta a natureza e a quantidade da informação utilizada importa, desde já, ressaltar que não se poderão encarar os valores apresentados como

⁵ Ao longo dos últimos 20 anos, a investigação direcionou-se em massa para o estudo da imigração (cf. Rocha-Trindade, 1993; Guibentif, 1996; Baganha, 1996; Peixoto e Iori, 2011), analisando os fluxos de entradas no nosso país e dando pouca visibilidade às saídas que, ainda assim, persistiram, especialmente a partir de 2002. As estatísticas mais recentes apontam, claramente, para a diminuição da imigração para Portugal (cf. OCDE; INE; Mateus, 2015).

⁶ Os trabalhos de João Teixeira Lopes (2015) e de Rui Gomes *et al* (2015) são dos poucos que já se encontram disponíveis.

estimativas de valores absolutos. O objetivo desta pesquisa é, face à escassez de fontes de informação qualitativa alternativas, funcionar como indicador de tendências da evolução e das configurações deste fenómeno.

Apesar do número de respostas não ser estatisticamente significativo, a monitorização dos dados disponíveis revelou que se teria atingido a saturação da informação. Por outro lado, esta amostra reflete algumas das tendências que, ainda que pouco consistentes, se vão definindo, noutros trabalhos em curso⁷ para o universo desta população, relativamente às variáveis básicas.

III. Perfil sociodemográfico

Esta é uma amostra bastante equilibrada no que diz respeito ao género dos inquiridos: 52,6% masculino (n=160) e 47,4% feminino (n=144), estando de acordo com a já mencionada crescente feminização deste tipo de emigração, precedida do aumento exponencial da participação das mulheres no ensino superior⁸.

Relativamente à idade, estamos perante um grupo bastante heterogéneo, tal como se pretendia. Os nossos inquiridos têm entre os 22 anos, que coincide com a conclusão da licenciatura e entrada na vida ativa, e os 60 anos, idade já próxima da saída do mercado de trabalho. Porém, a média de idades situa-se nos 34,4 anos, sendo que quase 75% dos casos têm entre 26 e 40 anos (73,5%), encontram-se, assim, no auge da sua vida ativa e concretização de potenciais projetos de constituição de família. Mais de 50% estavam solteiros no momento da aplicação do questionário, 40,4% são casados ou vivem em união de facto, alguns dos quais iniciaram a relação ou começaram a coabitar já fora de Portugal, após a saída. No entanto, a maioria (70,1%), não tem filhos e apenas 28,9% emigrou com a família nuclear.

Antes de saírem de Portugal, os nossos inquiridos residiam, maioritariamente, no Norte, em especial no Porto (37,8%). No entanto, de Lisboa partiu cerca de ¼ da nossa amostra (24,1%), o que pressupõe um modelo fortemente urbanizado e litoralizado desta emigração mais qualificada, sendo as áreas metropolitanas os maiores geradores destes profissionais. Se este tipo de emigração se distancia da tradicional neste último aspeto, relativamente à forte presença do

⁷ Referência ao trabalho desenvolvido pelo Observatório da Emigração.

⁸ Fonte: estatísticas da DGEEC/MEC e PORDATA

Norte, mantem-se um dos traços estruturais na emigração portuguesa, ao qual o modelo de desenvolvimento do país e do mercado de trabalho desta região não serão, provavelmente, alheios. Convém, no entanto, não menosprezar o facto de o próprio processo de construção da amostra ter partido desta região, podendo, daí, surgir algum enviesamento.

Quanto ao nível de escolaridade, sendo condição prévia para a participação neste questionário a conclusão de, no mínimo, de uma licenciatura, todos os inquiridos têm um grau de ensino superior, principalmente licenciatura (39,5%) e mestrado (36,8%). É de salientar a presença de 53 doutorados (17,4%) o que, no contexto nacional, é também significativo, tendo em conta a média nacional⁹.

A área das engenharias e tecnologias é a mais representada, com 34,5% (N=105). Dentro deste domínio científico destacam-se a Engenharia Civil (N=20), a Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (N=18), a Engenharia Informática e Computação (N=15) e a Engenharia Mecânica (N=10). As ciências sociais ocupam, também, uma posição de destaque (28,9%), não tanto devido a áreas tradicionalmente associadas a desajustamentos ao mercado de trabalho, antes, a maioria dos inquiridos deste sub-grupo é diplomado nas várias áreas de educação e ensino - formação de professores (N=20), em economia (N=14), relações internacionais (N=8) e jornalismo (N=7). Nos restantes domínios destacam-se a enfermagem (N=17) e a arquitetura (N=16), licenciaturas só mais recentemente relacionadas com dificuldades de inserção laboral e com a procura de trabalho no exterior, bem como os vários ramos da biologia (N=22) e a bioquímica (N=13), já presentes na anterior mobilidade transnacional qualificada, nomeadamente de investigadores.

É, também, de salientar o peso da participação em programas de mobilidade académica da nossa amostra. De facto, 37,5% teve uma ou mais experiências de estudo no estrangeiro prévia à mobilidade transnacional profissional, dos quais mais de 75% através do programa ERASMUS, grande impulsionador da mobilidade académica intraeuropeia.

⁹ Segundo dados da PORDATA, baseados nas estatísticas da DGEEC/MEC, em 2013 os indivíduos que concluíram doutoramento representavam 4,4% do total de diplomados do ensino superior desse ano. Nos anos anteriores, a percentagem é, ainda, menor.

IV. Situação profissional antes de emigrar

A situação profissional no momento da decisão de emigrar é, certamente, uma das variáveis mais surpreendentes desta análise. Ao contrário do que é, vulgarmente, veiculado nos discursos mediáticos e políticos¹⁰, o desemprego não aparece como a principal causa direta da emigração dos “jovens” altamente qualificados. De facto, aqueles que declaram estar desempregados ou à procura de 1º emprego no momento da saída de Portugal não chegam aos 20% (N=60). A grande maioria encontrava-se numa situação aparentemente estável de trabalho por conta de outrem a tempo inteiro (43,8%) e com contrato por tempo indeterminado (N=92). Os setores de atividade destes profissionais eram variados, destacando-se a educação (19,4%), a saúde e ação social (13,8%), as indústrias transformadoras, a construção e as atividades financeiras, com cerca de 10% cada.

V. Situação profissional atual

Se compararmos a situação profissional anterior com a atual, vivida no país de acolhimento, como seria espetável, observa-se uma melhoria no sentido de uma maior estabilidade, adequabilidade da profissão à área de formação académica e progressão na carreira. Neste sentido, apenas 2% estão à procura de novo emprego, e dos 259 que se encontram a trabalhar, 163 têm um contrato por tempo indeterminado, valor que ganha dimensão se atendermos a que a maioria da nossa amostra partiu muito recentemente, como veremos mais adiante. Relativamente ao setor de atividade, mantêm uma distribuição semelhante à anterior, sendo de realçar o aumento da representatividade da construção e da investigação científica.

Quando questionados¹¹ sobre os aspetos que mais contribuem para diferenciar positivamente a sua situação profissional atual face à realidade portuguesa, de um modo geral consideram-na bastante mais favorável. O salário surge, indiscutivelmente (79,1%), como o grande trunfo dos mercados de trabalho estrangeiros em relação ao português. Os dois outros aspetos

¹⁰ Na fase exploratória deste projeto, foram analisados os enfoques (político, corporativo, técnico-institucional e académico/científico) de vários atores envolvidos no debate público em torno da vaga emigratória atual, a partir de discursos veiculados na comunicação social e de entrevistas exploratórias a informantes privilegiados. Uma parte desse trabalho pode ser consultado em Amaral & Marques (2014).

¹¹ Responderam a esta questão apenas os 259 indivíduos que se encontram no mercado de trabalho no país de acolhimento.

diferenciadores para mais de 50% dos inquiridos são as expetativas de progressão e as condições de trabalho.

Gráfico 1: Aspetos mais positivos na situação atual



Fonte: Inquérito *online* – projeto EmiPaq

VI. Trajetória migratória

Para a maioria dos inquiridos (76,6%) esta é a primeira experiência de emigração. Para os que já têm algum histórico migratório, os principais destinos foram Espanha (N=18), Reino Unido (N=12), PALOPs (N=14), EUA (N=9) e França (N=8), sendo que alguns experimentaram já destinos múltiplos (N=15).

Relativamente aos países de residência atual, a Europa é o principal recetor dos nossos inquiridos (70%), tal como acontece com a totalidade da emigração portuguesa (Pires, 2014). O país com maior representatividade é o Reino Unido (N=96), em linha com a os dados disponíveis para o universo de profissionais diplomados a residir fora de Portugal (Pires 2014). A Espanha surge na segunda posição, mas com um número consideravelmente inferior (N=37). Não obstante a crise ter diminuído drasticamente o número de portugueses a emigrar para este país, no que respeita à emigração altamente qualificada, as grandes áreas metropolitanas espanholas continuam a constituir-se como polos de atratividade e de oportunidades, especialmente nos domínios das TICs, atividades financeiras e investigação. À semelhança da tendência já apontada por outros

estudos em curso, em que a Alemanha tem vindo a emergir como destino para os mais qualificados, nomeadamente para as engenharias, nesta amostra 19 inquiridos estão a residir/trabalhar neste país. Os destinos mais tradicionais para a emigração portuguesa estão também presentes na nossa amostra, embora com menor peso, dado tratar-se de outro perfil de profissionais. A França (N=14) e a Suíça (N=10) são os mais frequentes, nomeadamente para as áreas da saúde e ação social, em parte fruto de redes sociais/familiares facilitadoras do acolhimento e da integração socioprofissional nestes contextos¹².

Considerando os restantes destinos exteriores à Europa, os PALOPs constituem os principais recetores destes profissionais, liderados por Angola (N=22), mas com outras ex-colónias portuguesas a marcar presença, tais como Timor Leste (N=16), Brasil (N=15) e, mais residualmente, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Macau e Cabo Verde. Se os casos de Angola e do Brasil refletem os números que vão sendo disponibilizados para o universo e a visibilidade assumida por estes dois países, principalmente no que diz respeito à área da construção, o caso de Timor Leste é mais específico, constituído na generalidade por professores destacados, sendo a sua relevância nesta amostra fruto de uma cadeia de divulgação do questionário bem conseguida.

O ano de emigração assume um papel muito relevante nesta análise, como variável independente, na medida em que se relaciona diretamente com o objetivo geral da pesquisa em curso: compreender as reconfigurações da mais recente emigração de diplomados portugueses, salientando o que a aproxima e/ou distingue de processos migratórios anteriores. Para esta análise consideramos dois grupos distintos: os que saíram do país antes e após 2011, ano crítico associado à crise que marca o início da aplicação de medidas restritivas no âmbito do programa de ajustamento económico. Esta divisão será fundamental mais adiante, nomeadamente para a análise dos fatores/motivações para a saída. Deste modo, pode constatar-se que a maioria saiu de Portugal após o início de 2011 (66,8%) e que o nº de inquiridos que partiu em 2011 quase que duplicou, em relação aos anos anteriores, continuando a crescer até 2014. 2013 é o ano que regista mais saídas (22,4%), tal como acontece para a totalidade da emigração nacional. À pergunta "emigrou sozinho?", 62,8% respondeu positivamente. No entanto, o nº de indivíduos

¹² Relativamente ao caso francês, veja-se Lopes, 2015.

que partiu acompanhado pela família nuclear é, também, significativo (28,9%), atendendo à média de idades dos inquiridos e à percentagem de casados/em união de facto (cerca de 40%, entre os quais estão aqueles que iniciaram a relação já fora dos país). Esta informação sugere-nos que para estes 88 inquiridos a emigração, mais do que uma experiência ou uma resposta provisória à crise, assume contornos de projeto familiar mais consistente.

VII. Razões/motivações para a saída

Os motivos/fatores que mais influenciaram a decisão de emigrar são os profissionais. Para quase 50% da nossa amostra, a possibilidade de poder exercer a sua profissão em condições mais favoráveis é a principal alavanca da saída. São, também, de salientar as razões de ordem económica (21,1%) e académica (19,4%). Mais adiante veremos como esta ordem de motivos/fatores se relaciona com o ano de saída.

À pergunta “Em que medida as seguintes razões/motivações influenciaram a sua saída de Portugal?”¹³, a ordem de influência estabelecida pelos inquiridos estruturou-se do seguinte modo:

1. Possibilidade de desenvolvimento pessoal (média=4,15)
2. Procura de novas experiências e desafios, espírito aventureiro (média=4,00)
3. Melhores condições de trabalho no país para onde emigrou (média=3,79)
4. Investimento numa carreira internacional (média=3,74)
5. Oportunidades de progressão na carreira no novo país (média=3,74)
6. Rendimento, diferenças salariais relativamente a Portugal (média=3,67)
7. Ausência de perspetivas de futuro em Portugal (média=3,65)
8. Predisposição para a emigração / vontade de sair do país (média=3,48)
9. Situação socioeconómica de Portugal (média=3,45)
10. Reconhecimento/valorização da sua profissão no país para onde emigrou (média=3,32)
11. Cosmopolitismo, ambiente transnacional e multicultural do novo país (média=3,22)
12. Segurança contratual no atual emprego (média=2,62)

¹³ Escala utilizada: 0=Não se aplica; 1=Nada; 2=Pouco; 3=Moderadamente; 4=Bastante; 5=Muito

13. Emancipação / independência económica (média=2,07)
14. Dificuldades económicas (média=1,83)
15. Estar numa situação de trabalho precário (média=1,72)
16. Novas oportunidades de negócio (média=1,42)
17. Dificuldade em encontrar o 1º emprego (média=1,39)
18. Estar desempregado antes de emigrar (média =1,38)
19. Estar junto do/da seu/sua companheiro/a (média =1,34)
20. Estratégia de internacionalização da empresa onde trabalhava (média=1,13)
21. Necessidade de distanciamento de problemas pessoais (média=0,99)
22. Estar junto da sua família (média=0,95)

Os fatores de atração (*pull*) dos países de destino são, claramente, preponderantes na decisão de sair do país, muito particularmente no que se refere a motivações individuais de investimento no desenvolvimento pessoal e na carreira, bem como às condições estruturais dos mercados de trabalho de acolhimento. Relativamente aos fatores de repulsão do país de origem, o contexto socioeconómico vai ganhando importância, em particular relativamente à “ausência de perspectivas de futuro”, para os que partiram após 2011. Mais do que o peso de um presente pouco atrativo e animador, estes inquiridos justificam a sua decisão com o descrédito e a desesperança numa mudança positiva da situação atual, antevendo-a como duradoura e não tanto como conjuntural. Esta perceção irá influenciar as suas perspectivas de futuro, como veremos mais adiante.

Em suma, desta análise evidenciam-se duas ordens de razões/motivações que mais influenciaram a saída de Portugal: por um lado, motivações ego centradas, intimamente ligadas ao desenvolvimento e enriquecimento pessoal, à vontade de mudança, de vivência de novas experiências e de conhecimento de diferentes realidades; por outro lado, a atratividade dos mercados de trabalho transnacionais - se os números são elevados, isso também se deve à procura que existe por parte dos países de acolhimento e que se explica, em parte, pelo reconhecimento externo das competências destes profissionais.

Curiosamente, as razões mais apontadas pelo senso comum e em torno das quais se tem alimentado o debate público, nomeadamente o político e mediático, são, nesta análise, muito

pouco expressivas. Referimo-nos a “estar numa situação de trabalho precário” (média=1,72); “novas oportunidades de negócio (média=1,42); “dificuldade em encontrar o 1º emprego” (média=1,39); “estar desempregado antes de emigrar” (média =1,38). Também aspetos relacionados com dificuldades económicas (média=1,83) e emancipação/independência económica (média=2,07) apresentam menos peso do que, à partida, esperaríamos. Ainda assim, realçamos que existem diferenças de género e relacionadas com o momento da partida (antes/pós 2011) relativamente a estes indicadores. No desenvolvimento do modelo de análise (em curso) estes aspetos serão problematizados e merecerão um aprofundamento teórico.

Na sequência da análise anterior é sem surpresas que verificamos que a maior parte (68,8%) assumiu a saída do país como opção individual, no sentido de esta ser uma escolha racional, face à possibilidade de alternativas mais favoráveis ao seu desenvolvimento pessoal e profissional e pressupondo, igualmente, uma antecipação ao risco calculado de um futuro próximo pouco promissor no contexto nacional.

VIII. Preparação do projeto de emigração

Detentores de recursos vários e de capital académico e social acima da média, a maioria dos projetos migratórios foram precedidos de um período de planeamento e ponderação, o que poderá estar na origem de uma maior taxa de sucesso e permanência deste perfil de emigração relativamente à menos qualificada, sujeita a maior risco e imponderabilidade. Os vários recursos disponibilizados pela internet, a par de uma rede de contactos já estabilizados nos países de acolhimento são os meios mais utilizados nesta fase de decisão e de planeamento. Quase 50% da nossa amostra socorreu-se quer de *sites* de emprego, sites sobre os países, etc., quer de contactos pessoais no estrangeiro para preparar o seu projeto migratório. Pelo contrário, destacamos a fraca utilização de diversos serviços públicos, incluindo os próprios consulados, assim como os serviços especializados de empresas de recrutamento, não obstante a sua crescente presença no mercado nacional de recrutamento.¹⁴

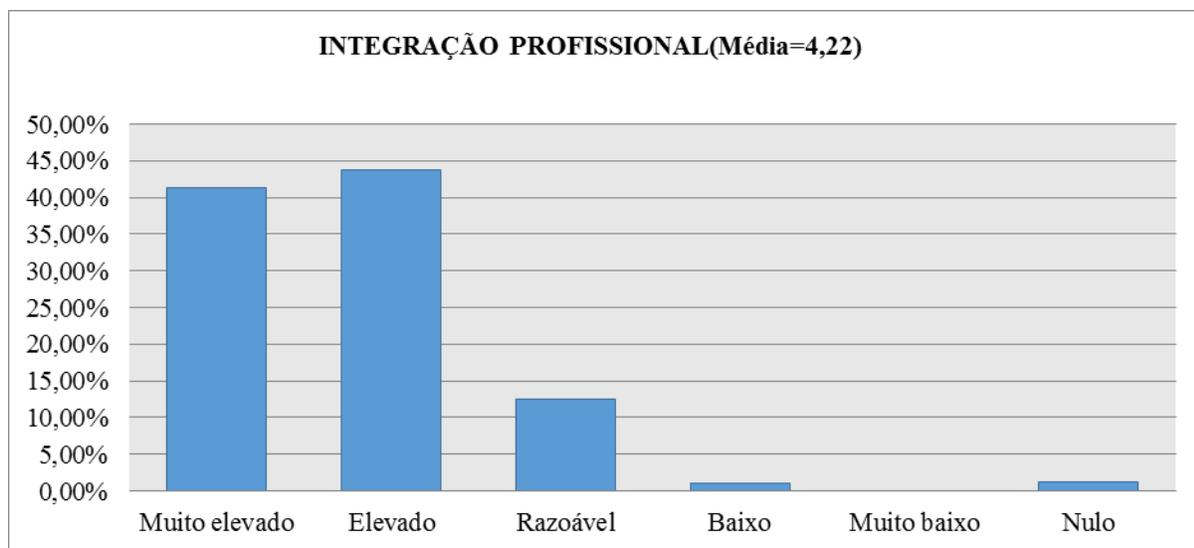
¹⁴ Convém, aqui, realçar a frequência da organização de iniciativas de recrutamento e seleção para mercados transnacionais dirigidos, sobretudo, aos setores da saúde e das engenharias.

Uma das manifestações mais evidentes deste processo prévio à saída é o facto da grande maioria emigrar com emprego/atividade já contratualizado (65,8%). Apenas 5% demorou mais de 3 meses para conseguir inserir-se no mercado de trabalho externo.

IX. Relação com o país de acolhimento

A autoavaliação que os inquiridos fazem do seu processo de integração no país de acolhimento é claramente positiva (integração global - média=3,63)¹⁵, principalmente no que diz respeito à dimensão profissional (média=4,22). À pergunta “qual considera ser o seu grau de integração no país onde reside, relativamente à dimensão profissional”, 85,2% assume ser muito elevada ou elevada.

Gráfico 2: Integração Profissional



Fonte: Inquérito *online* – projeto EmiPaq

Também a integração social é avaliada de forma bastante positiva (média=3,57), sendo que apenas 8,6% apresentam um grau baixo ou muito baixo. Esta dimensão, a par da cultural e da afetiva configuram aspetos distintivos em relação às dinâmicas clássicas da emigração estrutural

¹⁵ Dado o carácter extensivo desta análise e do instrumento de recolha de dados utilizado, não foi possível aprofundar cada uma das dimensões avaliadas (profissional, social, cultural, afetiva). Nesta fase, pretendia-se, tão somente, que os inquiridos se posicionassem, genericamente, sobre o seu grau de integração nestas quatro vertentes. Futuramente, aprofundaremos cada uma delas através de entrevistas.

portuguesa, com baixos níveis de envolvimento com a sociedade e a cultura dos países de acolhimento, criando espaços residenciais e associativos distintos e fechados sobre si próprios.

X. Perspetivas de futuro

O facto de a maioria dos inquiridos ter uma história de emigração recente e curta pode explicar a significativa taxa de imprevisibilidade (28%) e de NS/NR (17,1%) relativamente à duração da estadia nesse país. No entanto, deve salientar-se que apenas 9,5% prevê mudar de local de residência ao fim de 2 anos, não significando que regresse ao país de origem. Efetivamente, apenas 14,1% perspectiva que o regresso a Portugal aconteça nos próximos 5 anos, dado que contraria o mais comum predomínio das intenções de regresso nestas situações de emigração recente, em que o enraizamento é ainda fraco e a vontade de regresso mantem-se muito presente. Pelo contrário, a grande maioria pretende permanecer no mesmo país ou alinhar na vulgarmente denominada "circulação de competências (ou cérebros)", planeando continuar a procurar novos destinos mais atrativos para viver e trabalhar.

Quando questionados sobre as reais possibilidades de retorno a Portugal, independentemente de o desejarem ou não, quase 70% admitem que dentro de 5 anos ainda não estarão reunidas as condições para regressarem. No entanto, comparando com as repostas anteriores, percebemos que alguns dos que anseiam voltar assumem que não será possível realizá-lo, bem como o contrário – um eventual contexto favorável ao regresso pode não coincidir com o desejo de voltar.

Quanto aos motivos para uma eventual antecipação do regresso, a maioria não consegue posicionar-se, apesar dos fatores de ordem profissional representarem cerca de 25%. Embora a dimensão afetiva (ausência de familiares e amigos, saudade) seja a mais mencionada, como aspeto negativo, no balanço qualitativo da experiência migratória, o seu peso como alavanca do regresso não é significativo (12,5%). A centralidade e a valorização do trabalho têm, para este perfil de profissionais, uma importância muito expressiva, em detrimento de outras dimensões da vida¹⁶. Provavelmente, as facilidades de comunicação com o país de origem, nomeadamente

¹⁶ A importância da dimensão profissional fica bem patente quando analisamos os aspetos mais positivos da experiência migratória salientados pelos inquiridos numa pergunta aberta do questionário. Expressões como "trabalho", "profissionais", "carreira", "condições", "oportunidades", "experiência", "perspetivas", "salário", são as mais frequentes. Esta dimensão volta a

através acessibilidade e rapidez das viagens, bem como a utilização generalizada de meios de comunicação eficazes (internet, telemóvel) atenuarão a distância e a saudade de Portugal.

XI. Auto-conceito

Uma das mais frequentes discussões teóricas em torno deste perfil de profissional altamente qualificado que sai do país recai sobre a própria adequabilidade/legitimidade de utilização do conceito de “emigrante” para o definir, nomeadamente no que respeita à mobilidade intraeuropeia. Pese embora este continuar a ser o conceito formal para denominar os cidadãos nacionais que residem num país estrangeiro, independentemente da qualificação, do estatuto socioprofissional ou do país de destino, apenas 11,8% dos inquiridos consideram-se emigrantes. As definições com as quais mais se identificam são “português residente no estrangeiro” (32,9%) e “cidadão do mundo” (29,9%). Com alguma surpresa, observamos que termos mais atuais e sofisticados como “expatriado” ou “profissional em mobilidade” são, igualmente, pouco referenciados. Esta dimensão merecerá um aprofundamento teórico e uma abordagem empírica nas entrevistas a realizar posteriormente¹⁷.

Conclusão

Retomando as questões impulsionadoras desta pesquisa - contornos pré e pós início da crise e aproximação/distinção relativamente à emigração “clássica”, enquanto fenómeno estrutural – finalizamos esta apresentação com algumas pistas, sugeridas pela anterior análise descritiva, para futuros desenvolvimentos da investigação.

Em primeiro lugar, saliente-se a diversidade/heterogeneidade de perfis (sociodemográficos, académicos, profissionais), de percursos e de destinos desta emigração com qualificação superior, em especial a que saiu do país após o eclodir da crise financeira e dos seus efeitos socioeconómicos. Em geral, estes projetos emigratórios pressupõem planeamento estratégico, com ações coerentes e consequentes e uma reorganização da vida social e pessoal no país onde

ter relevância como motor do regresso que, para muitos dos inquiridos, só ocorrerá se o país de origem oferecer condições de trabalho idênticas às que têm no momento, nos contextos de acolhimento.

¹⁷ A próxima etapa do projeto consistirá no aprofundamento dos principais eixos analíticos, através de entrevistas semi-diretivas a uma amostra dos inquiridos, representativa dos principais perfis-tipo encontrados.

trabalham e onde se sentem realizados profissionalmente, transparecendo pouca confiança e fraco investimento concreto num regresso a curto prazo.

É de destacar, também, a crescente feminização deste perfil de emigração, sendo que as mulheres da nossa amostra apresentam motivações e aspirações idênticas às dos seus congêneres masculinos. No entanto, as suas condições de trabalho no momento da partida são, regra geral, mais precárias e desfavoráveis do que as dos homens inquiridos, diferença que se vai atenuando ao longo da trajetória emigratória, o que sugere que as desigualdades de género ainda pesam no mercado de trabalho português.

Um dos aspetos que mais se evidenciam nesta análise é a persistência do trabalho/profissão como dimensão central na vida destes indivíduos. Mas ter trabalho, por si só, não garante satisfação: a degradação das condições de exercício do trabalho no país de origem (intensificação dos horários e ritmos produtivos, diminuição da autonomia, desvalorização profissional, perda de poder negocial, vínculos frágeis) e o agravamento de sentimentos de insegurança, pressão e apreensão face ao futuro conduzem à saída de muitos que não se encontravam em situação de desemprego. A flexibilidade vivida como precariedade e como ameaça dá lugar a um outro tipo de flexibilidade vivido como possibilidade concretizável de mudança e mobilidade ascendente, uma espécie de “integração incerta” (Paugam, 2000) em que a instabilidade coexiste com processos qualificantes, satisfação e realização no trabalho. Especialmente para os mais jovens, este é um período de “experimentação”, de oportunidades de profissionalização e de carreira, com estratégias sistemáticas de reforço dos conhecimentos e de antecipação às mudanças no contexto. Assiste-se a uma interiorização da situação de “trabalhador nómada” e à apologia das virtualidades da mudança e da mobilidade em contextos adversos. A carreira, o salário e a realização profissional ocupam, assim, uma posição central nos seus projetos de vida, em detrimento de outras variáveis.

O mercado de trabalho (trans)nacional assume-se como principal regulador deste tipo de mobilidade, tal como acontece com a tradicional emigração laboral, embora, no caso em análise, a saída se configure como resposta estratégica a aspirações e necessidades conjunturais de profissões específicas, alimentada pela competição internacional pelos “melhores”. A emigração atual dos mais qualificados reitera, assim, a sua posição de “constante estrutural da economia

portuguesa” (Godinho, 1978), um “movimento internacional de trabalho” assente em desequilíbrios geoeconómicos globais; uma “possibilidade latente” que se concretiza sempre que o contexto internacional lhe seja favorável (Baganha e Góis, 1999: 232).

Pese embora a importância, bem patente nesta análise, de razões/motivações ego centradas para a tomada de decisão de partir, a posição ocupada pela economia nacional no sistema de divisão internacional de trabalho, as dinâmicas concretas do emprego, desemprego e precarização, assim como as dimensões mais subjetivas das relações laborais no contexto português¹⁸ não podem ser dissociadas desta “vontade” de procurar novas experiências e oportunidades¹⁹. Neste sentido, uma reconfiguração profunda do modelo de desenvolvimento e do mercado de trabalho português apresenta-se como o caminho, moroso mas inevitável, para atenuar futuras saídas, tornando Portugal mais atrativo, quer para os nacionais, quer para profissionais de outras nacionalidades perspetivarem este país (novamente) como possibilidade.

Bibliografia

- Almeida, Carlos & Barreto, António (1976), *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora.
- Amaral, Susana & Marques, Ana Paula (2014), “Emigração Portuguesa de Profissionais de Saúde: (Di)Visões em torno de um fenómeno emergente”, in Maria Inês C. Martins, Ana Paula Marques, Nilson do Rosário Costa & Alice Matos (orgs.), *Trabalho em Saúde, Desigualdades e Políticas Públicas*, CICS/ENSP/FIOCRUZ, pp. 141-158, disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/current.
- Baganha, Maria I. & Góis, Pedro (1998/99), “Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 52/53, *Vinte anos de teoria social*, pp. 229-280, Coimbra, CES.
- Baganha, Maria I. (1996), *Immigrants Insertion in the Informal Market. Deviant Behaviour and the Insertion in the Receiving Country*, 1º Relatório, Coimbra, CES.
- Cardoso, José Luís (coord.) (2012), *Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal*, Estudos e relatórios 1, Lisboa, ICS.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), "L'emigration portugaise (XV-XX Siècles): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, I, pp. 5-32.
- Gomes, Rui (coord.) (2015), *Fuga de cérebros – retratos da emigração portuguesa qualificada*, Lisboa, Bertrand editora.
- Guibentif, Pierre (1996), “Le Portugal face à l’immigration”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 12(1), 121-139.

¹⁸ Para um aprofundamento desta temática ver Pinto, 2006.

¹⁹ Convém, aqui, salientar que, quando cruzamos os motivos/fatores que influenciaram a decisão de emigrar com o ano de partida, os fatores de repulsão associados à situação socioeconómica de Portugal, à ausência de perspetivas de futuro ou a dificuldades económicas apresentam valores mais elevados para os que partiram após 2011.

Lopes, João Teixeira (org.) (2014), *Geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Marques, Ana Paula (2010a), “‘Sacralização’ do mercado de trabalho: Jovens diplomados sob o signo da precariedade”, *Configurações*, 7, pp. 65-89.

Marques, A. P. & Alves, M. G. (2010b), *Inserção profissional de graduados em Portugal, (Re)configurações teóricas e empíricas*, V. N. Famalicão, Edições Húmus.

Mateus, Augusto (coord.) (2015), *Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.

Paugam, Serge (2000), *Le Salarié de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Paris, PUF.

Peixoto, João; Iori, J. (2011), *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal - Retorno, Regulação ou Resistência?*, Ed. Principia.

Pinto, José Madureira (2006), “Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho”, separata da *Revista Sociologia*, vol. 16, pp. 177-190, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pires, Rui Pena (coord.), Pereira, C., Azevedo, J. E_Ribeiro, A.C. (2014), *Emigração portuguesa: relatório estatístico*, Observatório da Emigração e Rede Migra, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES -IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE -IUL), Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP).

Rocha-Trindade, Maria B. (1993), *Migrações e multiculturalismo*. In: Secretariado coordenador dos programas de educação multicultural (ed). *Escola e sociedade multicultural*. Lisboa, Ministério da Educação. p. 65-73. 1993

Serão, Joel (1977), *A emigração portuguesa – sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte.

OCDE (2014), *International Migration Outlook 2014*, OCDE Publishing, http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2014

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, Fundação Francisco Manuel dos Santos, <http://www.pordata.pt/>